

ENTRE A RAZÃO E O INSTINTO:
BREVES APONTAMENTOS
HISTÓRICO-FILOSÓFICOS SOBRE
A RELAÇÃO ENTRE ANIMAIS HUMANOS
E NÃO-HUMANOS NO OCIDENTE¹

Denise Figueirôa Bacelar

Resumo

Os animais humanos (espécie *Homo sapiens*), e não-humanos (demais espécies heterotróficas, móveis e complexas), são protagonistas de um extenso e controverso relacionamento ao longo da história. Essas relações, motivadas por concepções ocidentais da natureza, sempre determinaram o tratamento e destino dos outros animais em função das necessidades e/ou conveniências humanas. Por haver escassa discussão sobre o tema, esse trabalho expõe brevemente algumas das principais correntes de pensamento que resultaram primeiro, na separação do ser humano da natureza, e depois, na sua distinção e elevação em relação aos demais seres vivos. Assim, foram identificados quatro momentos históricos que serão apresentados e discutidos de modo a contribuir, mesmo que minimamente, na reflexão e discussão sobre o assunto.

Palavras-chave: relação humano-animal; *Homo sapiens*; animais não-humanos; animais humanos; especismo.

Abstract

Human animals (*Homo sapiens*), and non-human (other heterotrophic, mobile and complex species) are protagonists of a long and contentious relationship throughout history. These relationships, motivated by Western concepts of nature, always determined the treatment and disposal of other animals depending on the needs and / or human convenience. Because there is little discussion about the issue, this paper briefly presents some of the main currents of thought which first resulted in the separation of man from nature, and then, in his distinction and elevation in relation to other living beings. Thus, we identified four historical moments that will be presented and discussed in order to contribute, even minimally, in reflection and discussion on the subject.

Keywords: human-animal relationship; *Homo sapiens*; non-human animals; human animals; speciesism.

¹ Agradecimentos à Profª. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat, e à Profª. Dra. Patrícia Pinheiro de Melo, pelas críticas e sugestões.

Introdução

Estima-se que o planeta Terra existe há pelo menos 4,56 bilhões de anos. No entanto, as primeiras evidências de vida na Terra surgiram há 3,8 bilhões de anos. A ciência entende que as formas de vida menos complexas, como os microrganismos, tenham aparecido anteriormente aos vegetais e, conseqüentemente, aos animais. Os indícios mais antigos da existência dos primeiros animais datam de 590 milhões de anos atrás. Estudo recente estima que já foram descritas pela ciência mais de 1.200.000 espécies de microrganismos (fungos, protistas e chromistas), plantas e animais, este último grupo correspondendo ao maior montante: 953 mil de espécies.

O *Homo sapiens sapiens*, única espécie humana atual, é uma dentre as 935 mil espécies de animais existentes. Entende-se, portanto, que os animais humanos (*Homo sapiens sapiens*), e não-humanos, representando as demais espécies heterotróficas, móveis e complexas existentes, são protagonistas de um extenso e controverso relacionamento ao longo da história. Essas relações sempre determinaram o tratamento e destino dos outros animais em função das necessidades e/ou conveniências humanas, segundo modos que variaram fortemente no tempo e no espaço. Por haver escassa discussão, o presente trabalho propõe uma breve reflexão sobre algumas das principais correntes de pensamento ocidental dominante sobre o tema, que servem de alicerce – até mesmo de forma sub-reptícia – às atitudes e comportamentos sociais, tomadas de decisão e políticas atuais.

Assim, a partir da literatura disponível, foram identificados quatro principais momentos histórico-filosóficos deste pensamento ocidental que, criado e veiculado pelos círculos dominantes, predomina no campo das idéias, e, muitas vezes, das práticas humanas. Esses momentos, em ordem cronológica, são: filosofia grega antiga, tradição judaico-cristã, Iluminismo e teóricos contemporâneos. A apresentação e discussão destes nem sempre se apresentarão em sequência cronológica, mas serviram como ponto de sustentação para compreender, embora de

forma incipiente, quando e como iniciou o relacionamento entre animais humanos e não-humanos e de que forma este evoluiu até os dias atuais. Por meio desse entendimento, dar-se-á a discussão sobre algumas das basais concepções acerca do assunto e suas principais consequências para a natureza animal humana e não-humana.

Do instinto à razão: ou a idéia da superioridade humana

A formação do planeta Terra ocorreu há cerca de 4,56 bilhões de anos e as primeiras evidências de vida na Terra surgiram há 3,8 bilhões de anos, sendo que os mais antigos registros de animais datam de 590 milhões de anos atrás. Sabe-se que mais de 1.200.000 espécies de plantas, animais e de microrganismos, já foram descritas pela ciência, contudo, estimativas apontam que o número pode chegar a mais de 8,7 milhões de espécies². Segundo os autores, foram catalogadas pela ciência mais de 953 mil animais³, que interagem entre si e compartilham o mesmo espaço, recursos e, além disso, os interesses mais fundamentais: alimentação, proteção, reprodução e propagação do seu código genético.

A espécie humana é o representante mais recente entre os animais existentes, pois os primeiros registros do aparecimento do gênero *Homo* (arcaico) na Terra datam entre 2 a 1,5 milhões de anos atrás⁴. A origem dos hominídeos modernos, também chamados “humanos anatomicamente modernos”, ainda é assunto controverso e, muitas vezes, gerador de inúmeras polêmicas. O estudo mais recente sobre o assunto foi publicado em 2010⁵ e apresenta vestígios do que foram

² Os autores incluíram nos cálculos apenas os seres eucariontes, ou seja, que possuem núcleo celular organizado. As bactérias e vírus (que são grupos altamente numerosos), portanto, não entraram nas estimativas. Os grupos incluídos foram os dos protistas, chromistas e fungos.

³ MORA, Camilo et al. “How many species are there on Earth and in the Ocean?” In: *Plos Biology*, v. 9, n. 8, p. 1-8, ago. 2011.

⁴ FOLEY, Robert. *Os humanos antes da humanidade: uma perspectiva evolucionista*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

⁵ HERSHKOVITZ, Israel et alii. “Middle Pleistocene Dental Remains from Qesem Cave (Israel)” In: *American Journal of Physical Anthropology*, v. 144, n. 4, p. 575–592, abr. 2011.

identificados como dentes da espécie *Homo sapiens*. Foram encontrados oito dentes, de diferentes tipos, que foram datados com 400.000 anos, na caverna de Qesem, um sítio pré-histórico localizado em Israel, ao leste da cidade de Tel Aviv.

Atualmente, o ser humano, para a ciência ocidental, é uma espécie pertencente ao Reino Animal. Sendo classificado como mamífero (Classe Mammalia), compartilha características em comum com os demais primatas (Ordem Primates), que agrupam também os macacos, lêmures e tásios. Alguns autores concordam que, o próprio posicionamento do *Homo sapiens* em uma exclusiva família (Hominidae⁶) já é “reflexo do chauvinismo desta espécie”⁷, pois reforça a idéia de singularidade humana, originada no pensamento grego antigo⁸. Desmond Morris⁹ nomeia o ser humano de “macaco nu”, uma vez que, dentre todas as espécies de primatas conhecidas, é a única que não tem o corpo coberto de pêlos. Para o autor, o *Homo sapiens sapiens* é uma espécie altamente exploradora, com grandes qualidades vocais e que possui o maior cérebro dentre os animais (em relação ao restante do corpo). Mas antes de tudo, é uma espécie animal, e “*embora tenha adquirido motivações muito requintadas, não perdeu nenhuma das mais primitivas e comezinhas*”¹⁰. Para o zoólogo, o ser humano poderia se sentir muito menos insatisfeito se simplesmente assumisse que seu comportamento, especialmente relacionado à alimentação, agressividade, sono, limpeza, sexo e assistência aos jovens, é também pautado por uma herança genética e possui equivalências notórias nos outros animais, como o autor demonstra ao longo de sua obra.

⁶ Embora o próprio autor reconheça que a taxonomia dos primatas está em contínua mudança. Para os biólogos moleculares, os gorilas, orangotangos, chimpanzés e humanos pertencem à mesma família, Hominidae, pois tem entre si um parentesco muito íntimo (96,4% ou mais de semelhança).

⁷ POUGH, F. Harvey; JANIS, Christiane M.; HEISER, John B. *A vida dos vertebrados*. 3. ed. São Paulo: Atheneu Editora, 2003, p. 653.

⁸ FOUTS, Roger. *O parente mais próximo: o que os chimpanzés me ensinaram sobre quem somos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 412 p.

⁹ MORRIS, Desmond. *O macaco nu*. São Paulo: Círculo do Livro, 1967.

¹⁰ Idem, p. 7.

Antes mesmo de colocar outras questões sobre as origens e evolução da espécie humana, é importante destacar que os fatos relacionados à história da humanidade, mesmo com os primeiros hominídeos, não aconteceram de forma linear e homogênea, como muitas vezes pode parecer. Os eventos ocorreram, não raramente, de forma simultânea e bastante heterogênea, podendo inclusive não ter acontecido em muitos grupos humanos. Nos primórdios da humanidade, as relações entre os seres vivos eram construídas, basicamente, em função das necessidades básicas, tais como aquisição de alimento, proteção (defesa), busca e/ou construção de abrigo, e reprodução, ou seja, de tudo aquilo que é indispensável à sobrevivência. Com base nessas condições, as relações com a natureza extra-humana e entre os próprios seres humanos eram essencialmente, embora não exclusivamente, baseadas em comportamentos instintivos, inatos, geneticamente determinados. Para Rousseau, o humano selvagem fora guiado unicamente pelo instinto e tivera funções puramente animais, baseadas no receber e sentir, querer e não querer, desejar e temer¹¹.

Assim, segundo a visão moderna ocidental, o ser humano primitivo que, para Rousseau fora o bom selvagem do corpo com saúde e do coração em paz, sempre supria suas carências de forma estrita, ou seja, consumindo somente o fundamental para sobrevivência. Mesmo assim, a idéia do bom selvagem, em muitos casos, é um engodo, já que mesmo sociedades humanas primitivas sempre utilizaram mais recursos do que as demais espécies¹² e provocaram efeitos irreversíveis ao meio em que habitaram. Para Diamond¹³, esses efeitos se deram por meio de oito tipos de ações: sobrepesca; sobrecaça; introdução de espécies exóticas; problemas com o solo, tais como erosão, salinização

¹¹ “O primeiro sentimento do homem foi o de sua existência; sua primeira inquietação, a de sua preservação.” ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, p. 84.

¹² PRIMACK, Richard B.; Rodrigues, Efraim. *Biologia da conservação*. Londrina: E. Rodrigues, 2001. 328 p.

¹³ DIAMOND, Jared. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

e perda de fertilidade; desmatamento; destruição de habitat; problemas com a água e elevação do crescimento demográfico. Todas essas ações humanas levaram inúmeras sociedades, entre as quais podem ser citadas as cidades maias na América Central e os habitantes da Ilha de Páscoa no oceano Pacífico como exemplos, a uma espécie de ecocídio ou suicídio ecológico; ou seja, colapsaram em função de não terem gerido de forma adequada os recursos naturais de que dispunham para sua sobrevivência.

O biólogo Edward Osborne Wilson (1929-) também reconhece que os antepassados humanos não viviam em equilíbrio com a natureza, como supostamente é concebido: a idéia do “nobre selvagem” sempre foi uma impossibilidade biológica, pois os seres humanos viviam em constante guerra com a natureza, que era entendida como “*una fuerza que tenia que ser combatida, seducida, explotada*”¹⁴. Apesar de tais constatações, o autor considera que exista uma “*tendencia innata de dirigir nuestra atención a la vida y a los procesos vitales*”¹⁵. Esta inclinação conatural, também chamada Biofilia, está relacionada com a história evolutiva do ser humano e foi – e continua sendo – fundamental à própria sobrevivência da espécie. Considerada, pelo autor e outros teóricos ainda como uma hipótese, Wilson¹⁶ sustenta que essa afiliação com os demais organismos vivos é um complexo de normas aprendidas que não pode ser substituído, mesmo que o ser humano viva em um ambiente altamente tecnológico. A biofilia contribui significativamente ao desenvolvimento cognitivo, emocional, estético e espiritual dos seres humanos, constituindo, assim, parte de sua cultura também. Além disso, é uma característica patente na vida cotidiana de todas as sociedades ao redor do mundo, podendo ser simplificada em duas assertivas, principalmente: o temor inato às serpentes que o ser humano começa a apresentar com mais intensidade a partir dos cinco anos de idade e sua preferência por habitats semelhantes a savanas, onde os primeiros

¹⁴ WILSON, Edward Osborne. *Biofilia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 31.

¹⁵ Idem, p. 9.

¹⁶ WILSON, Edward Osborne. *Biofilia*. Op. cit.

hominídeos viveram e a história evolutiva do *Homo sapiens* decorreu. Para Primack e Rodrigues¹⁷, a biofilia foi bastante vantajosa para o estilo de vida caça e coleta que o ser humano adotou durante milhares de anos antes da origem da agricultura, fornecendo uma variedade de alimentos e outros recursos e protegendo os humanos¹⁸ da fome e de catástrofes naturais. Foi também a partir desse ponto, há pelo menos 10 mil anos atrás, que os primeiros animais não-humanos foram domesticados.

A especialização biológica, principalmente com o desenvolvimento de um cérebro extremamente complexo e criativo, que permitiu o a utilização de ferramentas e o amadurecimento cultural (por meio da linguagem e uso de símbolos), são algumas das características mais proeminentes da espécie humana¹⁹. Consequências dessas características, a capacidade de reflexão dos animais humanos e a aquisição de novos conhecimentos, os levaram a perceber certas relações, a elaborar comparações, tornando-os conscientes de suas diferenças em relação aos outros animais, dos quais poderia vingar-se, preparar-lhes armadilhas, causar-lhes dano, sendo “*senhor de uns e flagelo de outros*”²⁰. Arelada a essas particularizações, alguns fenômenos tomaram espaço dentro de alguns grupos humanos²¹. Houve a instituição de comunidades primitivas, definidas pelo território, laços familiares, pela consangüinidade ou pela tribalidade que, para o teórico alemão Karl Marx²², possuía seu modo de produção próprio porque mantinha uma relação imediata com a natureza. A formação de sociedades regidas por governos próprios e leis fundamentadas em convenções específicas

¹⁷ PRIMACK, Richard B.; Rodrigues, Efraim. *Biologia da conservação*. Op. cit.

¹⁸ O termo “humanos” será utilizado ao longo de todo o texto, porém não como forma de definir o gênero, mas sim para fazer correspondência às palavras “seres” e “animais”.

¹⁹ BRANCO, Samuel Murgel. *O castor e a motosserra: reflexões sobre a natureza animal e a natureza humana*. Campinas, SP: Millenium, 2003. 207 p.

²⁰ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Op. cit., p. 86.

²¹ Seria contraproducente afirmar que toda a história da humanidade resume-se a isto, por essa razão é importante relativizar e destacar que é um dos muitos caminhos que alguns grupos humanos tomaram.

²² LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 180 p.

que funcionam para e beneficiam a espécie humana em detrimento de todas as formas de vida, também chamada pelo filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel de segunda natureza²³ se deu posteriormente.

Por conseguinte, com o advento da linguagem e da adoção de símbolos, a necessidade de comunicação e de explicação de tudo o que existe insurgiu na espécie humana, possibilitando, em seu meio, a manifestação de pensamentos filosóficos, que se deu de maneira notável na Grécia Antiga. Dentre os pensadores mais expressivos estão Pitágoras (571/570 a.C.-497/496 a.C.), Platão (428/427 a.C.-348/347 a.C.) e seu seguidor, Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.). Pitágoras estimulou o respeito para com os animais, mas a escola mais adotada foi a de Platão e de seu discípulo, Aristóteles, que concordavam com o pensamento de que os animais não-humanos eram inferiores à espécie humana e não possuíam valor, podendo ser tratados como objeto, como propriedade.

Platão acreditava que o ser humano se distinguia dos animais porque possuía duas almas: a alma imortal, que estava localizada na cabeça (raciocínio e conexão com o divino eterno); e a alma mortal, que se encontrava no peito e na barriga, sendo esta última a única que os animais possuíam²⁴. Para seu discípulo Aristóteles tanto a escravidão de animais humanos quanto a subjugação dos não-humanos era justificável em função da inferioridade natural de ambos em relação ao homem²⁵ livre. Para o pensador grego, o ato de “mandar” e “obedecer” é algo inerente aos seres, à própria natureza, pois é uma forma de manutenção das espécies. Logo, é extremamente benéfico que existam as relações de superior *versus* inferior, ou seja, homens, homens livres e pobres comandando, respectivamente, mulheres, escravos e bois²⁶:

²³ O mundo do “homem” na medida em que tomam forma o estado de direito, a economia e a sociedade. SCHMIDT, Alfred. *El concepto de la naturaleza en Marx*. Espanha: Siglo Veintiuno de España, 1976.

²⁴ FOUTS, Roger. *O parente mais próximo: o que os chimpanzés me ensinaram sobre quem somos*. Op. cit.

²⁵ Homem, aqui, no sentido de sexo masculino, pois para o autor existia uma Grande Cadeia do Ser, onde os seres vivos recebiam uma ordem de importância.

²⁶ ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 18.

(...) A natureza foi mais benigna para o animal que está sob o domínio do homem do que com relação à besta selvagem; e para todos os animais resulta de utilidade estar sob o comando do homem. Nele eles encontram a sua segurança. Os animais são machos e fêmeas. É mais perfeito o macho, e dirige; é o menos a fêmea, e obedece. Essa lei é aplicável naturalmente a todos os homens.

Aristóteles idealizou, assim, uma Grande Cadeia do Ser (Figura 1), na qual trazia no topo o homem livre – inferior aos anjos –, seguido em ordem pela mulher, o escravo, a criança e, mais abaixo, os animais não-humanos, estes últimos desprovidos de razão e emoção. A visão utilitarista dos outros animais é um ponto recorrente em sua obra, assim como a idéia antropocêntrica de que tudo na natureza existe por uma razão, que é, portanto, a existência da espécie humana. Por outro lado, Aristóteles também colocara o humano como um animal político (social e cívico) e “*um animal sociável em grau muito mais alto que as abelhas e os outros animais todos que vivem reunidos*”²⁷. Embora ele considerasse a linguagem e o dom da palavra a diferença basal entre o ser humano e demais animais, pensamento que fora reforçado pelo filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau em outro período histórico, faz-se notável a existência de uma razoável aceitação da animalidade como condição humana pelo filósofo grego.

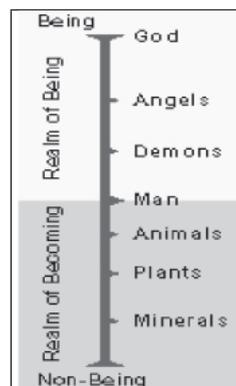


Figura 1. Representação do conceito de existência de uma Grande Cadeia do Ser, idealizado pelo filósofo grego Aristóteles. Fonte: <http://www.ib.usp.br/sti/evosite/evo101/IIB2Notladders.shtml>.

²⁷ Idem, p. 14.

O incremento cultural também tornou possível a introdução de sistemas dogmáticos e morais firmados em doutrinas peculiares, ou seja, a fundação das religiões. Dentre estas, a tradição judaico-cristã foi e continua sendo uma das mais influentes na sociedade, categorizando hierarquicamente o ser humano abaixo de Deus e acima da natureza não-humana, que existe unicamente para sua utilização. A literatura bíblica traz no livro do Gênesis²⁸:

Então façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra. Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher. Deus os abençoou: 'Frutificai – disse ele – e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra.'

Esse trecho endossa a concepção de unicidade do ser humano, pois é baseado na crença que este foi feito à semelhança de um deus, de uma entidade que é considerada, pelos teístas, como perfeita, infinita e responsável pela criação de todo o Universo (Figura 1). A idéia principal, aqui, é simplesmente de dominação, de comando, de imposição das vontades e desejos do ser humano sobre tudo o mais que existe no mundo. Posteriormente, após a queda do homem, causada por um animal e uma mulher, o ato de matar animais não-humanos passou a ser permitido e relatos sobre sacrifícios são freqüentemente citados na Bíblia²⁹. O filósofo francês Nicolas Malebranche (1638-1715) diz que a consequência desse evento (o pecado original), ou seja, todo o sofrimento, só pode ser relacionado ao ser humano. Portanto, nenhum animal pode sofrer, só se comporta como se, de fato, sofresse. Agostinho de Hipona (354-430) e Tomás de Aquino (1225-1272) defendiam a tese antropocêntrica de que os objetos naturais só mereciam alguma

²⁸ Gn, I, 26-28.

²⁹ SINGER, Peter. *Libertação animal*. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004.

consideração de ordem moral caso fossem propriedade de outrem ou quando o tratamento destrutivo ou cruel dado a estes pudesse estimular atitudes semelhantes em relação aos seres humanos. Tomás de Aquino, que foi bastante influenciado por Agostinho de Hipona, escreveu³⁰:

Se alguma passagem nas Sagradas Escrituras parece proibir-nos de crueldade contra os animais, isto é ou porque através da crueldade contra eles podemos tornarmo-nos cruéis para com os próprios seres humanos, ou porque ferindo animais, podemos prejudicar temporalmente outro homem.

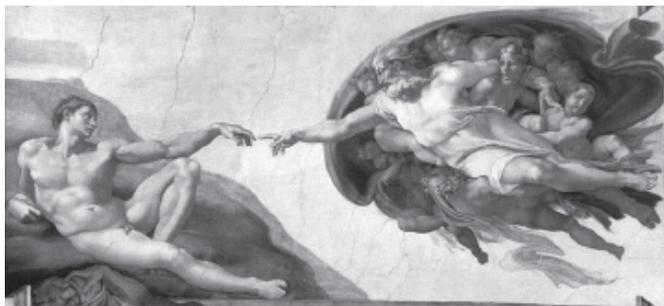


Figura 2 Representação da criação do ser humano (Adão) pelo pintor italiano Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni ou simplesmente Michelangelo. Fonte: <http://www.wga.hu/frames-e.html?bio/m/michelan/biograph.html>.

Agostinho de Hipona (354-430), em seus escritos *Confissões*, torna evidente que acredita na superioridade humana em função da racionalidade conferida por Deus, quando questiona: “*Acaso não foi tu que me criou, diferenciando-me dos animais, fazendo-me mais sábio que as aves do céu?*”³¹. Em inúmeros outros trechos, Agostinho volta a fazer referência à supremacia humana em relação aos demais animais, como por exemplo, aqui³²:

³⁰ PASSMORE, John. “Atitudes Frente à Natureza”. Ver no presente volume.

³¹ AGOSTINHO, Sto. *Confissões*. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 119.

³² Idem, p. 336.

Por isso, o homem que criaste à tua imagem, não recebeu poder sobre os astros do céu, nem sobre o mesmo céu misterioso, nem sobre a massa das águas, que é o mar. Mas recebeu poder sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre todos os animais, sobre toda a terra, e sobre tudo o que se arrasta pela superfície do solo.

É notável a similaridade entre o discurso proferido pelo teólogo e as passagens bíblicas sobre o assunto, quase como um reforço para tudo que já fora incutido. Em outro momento, na mesma obra, o autor reafirma seu posicionamento, em função da doutrina religiosa - defende, na qual o criador escolheu o ser humano como semelhante e detentor de poder sobre as outras criaturas vivas e todo o mundo³³:

Vemos a face da terra embelezar-se de animais terrestres, e o homem, criado à tua imagem e semelhança, senhor de todos os animais irracionais, precisamente porque foi feito à tua imagem e se assemelha a ti, em virtude da razão e da inteligência.

Para Passmore³⁴, estes relatos não representam o pensamento fundamental da obra bíblica: eram os estóicos, seguidos por outros filósofos e intelectuais, como Orígenes de Alexandria (185-253), que defendiam a concepção do mundo – e de tudo que há nele, especialmente os outros animais – como algo criado para ser usufruído e explorado pelos humanos. Existem passagens que desconstróem essa concepção, como por exemplo, alguns trechos do livro de Jó, que demonstram o zelo do deus cristão (Deus) para com os demais animais. O livro de Isaías também traz narrativas mais compassivas, inclusive condenando o sacrifício de animais³⁵.

³³ Idem, p. 346.

³⁴ PASSMORE, John. “Atitudes Frente à Natureza”. Op. cit.

³⁵ SINGER, Peter. *Libertação animal*. Op. cit.

Capitalismo, objetificação do ser e especismo

Como o economista e filósofo alemão Karl Marx acreditava, o ser humano é um animal social por natureza e a história da sociedade é um processo histórico-natural, onde a espécie humana constrói sua história ao transformar a sociedade, a natureza e a si mesmo³⁶. Esse processo, obviamente, teve suas bases econômicas. Porém, as relações sociais mais importantes não eram econômicas. A idade da exploração tem início no século XV, com a imposição de armas sofisticadas e trocas comerciais a áreas que só conheciam instrumentos líticos e economias de coletores-caçadores. É o ponto de partida para a propagação de sociedades que “*ênfatizam as possessões materiais e, dessa maneira, aumentam a demanda dos consumidores por produtos, expandindo a extensão geográfica das sociedades de alto impacto*”³⁷.

Com a formação destas civilizações, juntamente com o surgimento das cidades e das formas de Estado, e com o desenvolvimento do comércio e da economia, segundo Lefebvre³⁸, o dinheiro toma a forma como capital, o que significa dizer que serve à compra generalizada, onde tudo deve ser valorizado segundo sua utilidade, como corrobora Altvater³⁹:

O capitalismo é um projeto expansionista onde tudo é interpretado como matéria-prima para o processo de produção de valor e mais-valia. Se não é útil e como não pode satisfazer necessidade, a matéria-prima será considerada inútil, sem valor e, portanto, um objeto inadequado da valorização capitalista. Ao separar os recursos que possuem valor daqueles que são inúteis, a integridade da natureza será devidamente desintegrada e a desintegração da natureza é sua destruição.

³⁶ SCHMIDT, Alfred. *El concepto de la naturaleza en Marx*. Op. cit.

³⁷ POUGH, Janis, Heiser. *A vida dos Vertebrados*. Op. cit., p. 673.

³⁸ LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Op. cit.

³⁹ ALTVATER, Elmar. “Existe um marxismo ecológico?”. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALES, Sabrina. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 343.

Essa suposta valorização e seleção dos elementos naturais entre avaliáveis e não-avaliáveis em função da utilidade para os humanos e para o mercado, e a humanização da natureza serviram para corroborar tanto a visão da filosofia grega quanto a da tradição estóico-cristã, ou seja, a dos seres vivos como recurso, como objeto, como simples matéria. E como tal, teria que possuir valor, ou seja: era necessário que apresentasse alguma utilidade para a espécie humana. Essas idéias utilitaristas seriam, posteriormente, defendidas por Francis Bacon, John Locke e Adam Smith⁴⁰.

Embora para ambos os autores (Lefebvre e Altvater), o capitalismo represente a destruição da natureza, Marx está convicto de que a natureza sempre triunfou sobre a espécie humana⁴¹, pois “*toda la refinada maquinaria de la sociedad industrial moderna es meramente naturaleza que se dilacera*”⁴², ou seja, fica claro que mesmo a natureza transformada pelo “animal laboral” continua a ser natureza, o material do ser humano na sua auto-realização histórica, embora modificada, humanizada. Contudo, a idéia de que tudo é objeto, tem um valor e pode ser utilizado como forma de troca é latente e permanece como dominante. Os animais não-humanos, portanto, são vistos e tratados como objetos, e sua natureza biológica, vital, é praticamente descartada.

Para o filósofo australiano John Passmore, essa visão utilitarista foi fundamental para a dessacralização da natureza, pois, “*nenhum objeto era sagrado por si mesmo; não havia risco de sacrilégio em derrubar uma árvore, ou matar um animal*”⁴³. Para o iluminista francês René Descartes (1596-1650), os animais são como máquinas, pois não detêm o dom da palavra⁴⁴ e são distinguíveis do ser humano por não possuírem razão ou senso. Em função disso, “*penso, logo existo*”⁴⁵ era o axioma

⁴⁰ ALTVATER, Elmar. “Existe um marxismo ecológico?”. Op. cit.

⁴¹ Mesmo afirmando que o modo de produção capitalista destruiu as demais relações entre os homens e rompeu as trocas orgânicas entre o homem e a natureza (SCHMIDT, 1976).

⁴² SCHMIDT, Alfred. *El concepto de la naturaleza en Marx*. Op. cit., p. 39.

⁴³ PASSMORE, John. “Atitudes Frente à Natureza”. Op. cit.

⁴⁴ Que, para Rousseau (1985), é um dom divino.

⁴⁵ DESCARTES, René. *Discurso do método*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006, p. 70.

adotado pelo filósofo francês, que considerava a capacidade do pensar e, conseqüentemente, o uso de palavras e sinais como exclusivamente humanas⁴⁶:

(...) E nesse ponto me detive para particularmente para mostrar que, se houvesse máquinas que tivessem os órgãos e a figura exterior de um macaco ou de algum outro animal sem razão, não teríamos nenhum meio de reconhecer que elas não seriam tudo da mesma natureza que esses animais; ao passo que, se houvesse algumas que tivessem a semelhança de nossos corpos e imitassem nossas ações tão moralmente quanto possível, teríamos sempre dois meios muito seguros de reconhecer que elas nem por isso seriam verdadeiros homens. O primeiro é que jamais poderiam usar palavras nem outros sinais, compondo-os como fazemos para declarar aos outros nossos pensamentos. (...) E o segundo é que, embora façam várias coisas tão bem ou talvez melhor que qualquer um de nós, elas infalivelmente deixariam de fazer algumas outras, pelas quais se descobriria que não agem por conhecimento, mas apenas pela disposição de seus órgãos. (...) E isso mostra não apenas que os animais tem menos razão que os homens, mas que não tem nenhuma.

Embora a cultura ocidental atual esteja pautada, basicamente, nessa concepção do humano-superior versus animal-objeto, alguns pensadores apontam uma direção diferente em relação ao tratamento dispensado aos outros animais. Peter Singer, filósofo e professor australiano, por exemplo, utiliza o conceito do especismo (do inglês *speciesism*) para demonstrar que o princípio básico da igualdade entre homens e animais não requer que seja conferido aos animais os mesmos direitos e deveres do ser humano, mas que seja dada igual consideração a ambos⁴⁷. Cunhado pelo psicólogo britânico Richard D. Ryder, em 1970, tem por definição: “*é o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros de sua própria espécie e contra os de outras*”⁴⁸.

⁴⁶ Idem, pp. 95-97.

⁴⁷ SINGER, Peter. *Libertação animal*. Op. cit.

⁴⁸ Idem, p. 8.

No entanto, ao que parece, ao mesmo tempo em que existe uma predisposição genética (o que remete à teoria de Edward Wilson) para gostar da natureza e de todos os seres vivos, assim como uma fascinação por esses elementos, também existe o medo e uma tendência da espécie humana sentir-se ameaçado pela natureza que, para Passmore, é considerada estranha: “*A natureza se torna menos ‘estranha’ quando é transformada num instrumento, numa linguagem, num aliado secreto, num aspirante à humanidade*”⁴⁹. O estranhamento é diretamente ligado ao conhecimento mínimo acumulado ao longo da história humana sobre a natureza. Descartes descreve de forma exata esse sentimento⁵⁰:

(...) de modo que o que eles fazem melhor que nós não prova que tenham espírito; pois, se o tivessem, o teriam mais que qualquer um de nós e agiriam melhor em tudo; mas eles não tem nenhum, e é a natureza que age neles segundo a disposição de seus órgãos; assim também um relógio, composto apenas de molas e engrenagens, pode contar as horas e medir o tempo com mais exatidão do que nós com toda a nossa prudência.

Para o ser humano é difícil de acreditar (e aceitar) que outros animais possuam habilidades específicas que sua própria racionalidade não consegue entender ou imitar⁵¹. Descartes⁵² vai além e sintetiza a temática, colocando como vício a idéia de que homens e animais possuem alma semelhante, demonstrando que lhe seria uma grande ofensa qualquer suposição que indicasse igualdade entre seres humanos e animais:

(...) porque, depois do erro dos que negam Deus, erro que penso ter refutado suficientemente acima, não há nenhum que mais afaste os espíritos fracos do caminho reto da virtude que imaginar que a alma dos animais é da mesma natureza que a nossa.

⁴⁹ PASSMORE, John. “Atitudes Frente à Natureza”. Op. cit.

⁵⁰ DESCARTES, René. *Discurso do método*. Op. cit., p. 98.

⁵¹ DAWKINS, Richard. *O relojoeiro cego: a teoria da evolução contra o desígnio divino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁵² DESCARTES, René. *Discurso do método*. Op. cit., pp. 98-99.

Assim, com base nas correntes filosóficas já apresentadas, o *Homo sapiens* ocidental ou ocidentalizado tem utilizado toda a sua capacidade intelectual na elaboração de justificativas, mesmo as não razoáveis, para conservar o status dos animais não-humanos como seres insensíveis, irracionais e coisificados. Para isso, os outros animais são tratados como: instrumentos para uso da ciência (inclusive em atividades didáticas), meios para entretenimento humano (circos, zoológicos, aquários, vaquejadas e rodeios, farras do boi, touradas e similares), como produtos da vaidade humana (vestimentas), para satisfação de hábitos alimentares (indústrias), dentre outros⁵³. Para Morris, a humanidade, em função de tais atitudes, tem cometido um crime contra si mesma, pois está rompendo o Contrato Animal, em vigor entre todos os animais desde o momento em que compartilham o mesmo planeta. A base principal desse tipo de acordo, para o autor é que⁵⁴:

... cada espécie deve limitar seu crescimento populacional o suficiente para permitir que outras formas de vida coexistam com ela. Há competição, é claro, mas não é tão implacável como muitas pessoas parecem imaginar. Qualquer espécie que queira competir de maneira tão selvagem a ponto de destruir tudo que existe a sua volta consegue uma vitória inútil: o que ela agora domina não passa de um deserto, e desertos não sustentam formas de vida, nem mesmo as vitoriosas.

Logo, a principal questão para o autor é a ausência de auto-limitação humana, mas explicada nos seus pormenores com o auxílio de conceitos ecológicos, uma vez que a espécie humana é suscetível de todas as teorias relacionadas às estruturas populacionais de quaisquer espécies. Além disso, Morris⁵⁵ também relaciona a superpopulação humana – beneficiada ao longo da história tanto pela natureza exploratória e inventiva do ser humano quanto pelos avanços tecnológicos – com uma

⁵³ REGAN, Tom. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais*. Porto Alegre: Lugano, 2006. p. 266.

⁵⁴ MORRIS, Desmond. *O contrato animal*. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 12.

⁵⁵ Idem.

idéia equivocada de progresso. Em sua outra obra chamada *O Macaco Nu*, no entanto, é que essas relações entre os animais humanos e demais animais são detalhadas. Morris⁵⁶, assinala que existem algumas formas de interação, de acordo com o tipo de classificação que denotamos aos outros animais⁵⁷. A atitude simbólica, por exemplo parece explicar muito do comportamento e atitude humana perante outros animais, quando sugere que são vistos segundo uma personificação de conceitos. Envolve a utilização de atributos, tais como meiguice ou ferocidade, chegando a representar pictoricamente os outros animais, antropomorfizando-os e, para o autor, mantemos uma relação de amor com uns e de ódio com outros, que deve se tratar de “uma resposta básica, ignorada, que é desencadeada dentro de nós pelos sinais específicos que recebemos”⁵⁸. Entre as características mais aprazíveis dos outros animais, segundo um estudo com 85 mil crianças inglesas com idades entre 4 e 14 anos⁵⁹, estão: presença de pêlos, contornos arredondados, caras achatadas, expressões faciais, capacidade de manipulação de objetos, certa verticalidade do corpo. Fica claro, portanto, que os animais prediletos são os mamíferos, e mais especificamente os outros primatas, trazendo à discussão que talvez o grau de parentesco – e, por isso, os aspectos antropomórficos dos outros animais – seja realmente importante no grau de apreciação e identificação com outros animais pelos humanos.

Animais humanos e não-humanos: subjugação ou co-existência?

O *Homo sapiens* ocidental moderno histórica e filosoficamente conservou as concepções estoicas-cristãs e uma ciência de cunho cartesiano-platônico⁶⁰, o que definiu sua relação com a natureza extra-humana e, mais especificamente, com os demais animais existentes. E

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Que, para o autor, são: presas, simbioses, competidores, parasitas ou perseguidores, que são todas categorias de caráter econômico; mas também critérios científico, estético e simbólico.

⁵⁸ Idem, p. 199.

⁵⁹ Embora a questão de predileção varie conforme a idade dos indivíduos.

⁶⁰ PASSMORE, John. “Atitudes Frente à Natureza”. Op. cit.

a própria ciência se encarregou de colocar abaixo a filosofia vigente. Primeiro com a Biologia, personificada em Charles Darwin (1809-1882), principalmente com suas duas obras *A Origem das Espécies* e *A Descendência do Homem*, nas quais apresenta argumentos que rompem com a origem divina do ser humano, fazendo-o perceber seu lugar na natureza e entre os demais animais⁶¹. Para Darwin, o animal humano e não-humano compartilham uma origem (ancestral), e quanto mais recente for o ancestral em comum, mais próximo será o parentesco entre as espécies. Para Dawkins, “os organismos nunca podem ser totalmente sem parentesco entre si, pois está praticamente certo que a vida como a conhecemos originou-se apenas uma vez na Terra.”⁶²

Para Darwin⁶³, não existem diferenças fundamentais entre os animais humanos e não-humanos, pelo menos não em essência ou gênero: a diferença se apresenta em grau, idéia ligada à complexidade dos seres vivos e à própria teoria da evolução, desenvolvida por ele. O autor, em concordância com o anatomista e filósofo britânico Thomas Henry Huxley, argumenta que, por maior que seja essa diferença em grau, não justifica a classificação do ser humano em um reino distinto, como era bastante comum entre os naturalistas de sua época, que acreditavam existir um Reino Humano, além do Vegetal e do Animal. Sobre a estrutura física do ser humano, ele coloca⁶⁴:

É conhecido que o homem está construído sob o mesmo tipo ou modelo geral de qualquer outro mamífero. Todos os ossos do seu esqueleto podem ser cotejados com os ossos correspondentes de um macaco, de um morcego ou de uma foca. A mesma coisa vale no que diz respeito aos músculos, aos nervos, aos vasos sanguíneos e aos órgãos internos.

Em sua proeminente obra *A origem do homem e a seleção sexual*, como o ser humano e os outros animais foram moldados sob um mesmo

⁶¹ REGAN, Tom. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais*. Op. cit.

⁶² DAWKINS, Richard. *O relojoeiro cego: a teoria da evolução contra o designio divino*. Op. cit., p. 377.

⁶³ DARWIN, Charles. *A origem do homem e a seleção sexual*. São Paulo: HEMUS, 1974.

⁶⁴ Idem, p. 16.

modelo geral, seria mais honesto simplesmente admitir sua origem, pois “assumir outra posição significa julgar que a nossa estrutura e aquela de todos os animais que nos cercam não passa de uma simples cilada armada para nos ludibriar.”⁶⁵. Além disso, para o autor⁶⁶:

É somente prevenção nossa natural bem como aquela arrogância que fez com que nossos primeiros pais declarassem que descendiam de semideuses, o que nos leva a hesitar nesta conclusão. Mas dentro em breve parecerá inverossímil que naturalistas tenham podido acreditar que fossem obra de atos separados de criação, quando cientes da estrutura comparada e do desenvolvimento do homem e dos outros mamíferos.

Charles Darwin admite que outros animais experimentam as mesmas emoções que os humanos, como exemplo, dor, prazer, medo, tristeza e felicidade. Notadamente outros primatas (mas também todos os animais superiores, que para Darwin são os vertebrados), não só são dotados de sentimentos, mas também de “faculdades mais intelectivas” ou “mentais superiores”⁶⁷, como ele mesmo denomina, tais como a admiração, a curiosidade, e a imaginação e, inclusive a razão, portanto, perdendo sentido a designação de “animais irracionais” dada a eles. Mesmo aptidões consideradas, por ele, mais elevadas, como a formação de conceitos gerais e a autoconsciência, são questionadas existirem apenas no animal humano.

Para Morris⁶⁸, as semelhanças entre os humanos e demais animais se tornam embaraçosas para aqueles que ainda acreditam no abismo entre os dois. No caso da espécie humana, o último ancestral em comum com o chimpanzé (*Pan troglodytes*) viveu talvez há apenas 5 milhões de anos. Os chimpanzés tem em comum com os humanos mais de 99% dos genes⁶⁹. Os povos nativos da África Ocidental já haviam chegado a essa conclusão muito antes da biologia moderna:

⁶⁵ Idem, p. 38.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Idem, p. 91.

⁶⁸ MORRIS, Desmond. *O contrato animal*. Op. cit.

⁶⁹ DAWKINS, Richard. *O relojoeiro cego: a teoria da evolução contra o designio divino*. Op. cit.

a palavra chimpanzé provém de um dialeto congolês que quer dizer “homem de imitação”⁷⁰. Vários estudos contemporâneos demonstraram as capacidades de inteligência, memória e consciência entre os animais não-humanos, sendo suficientes para a revisão de antigas teorias. Os animais não-humanos são muito mais parecidos com os humanos do que supunha a ciência: a capacidade de sentir emoções, pensar e de resolver problemas não são mais exclusividades do ser humano. Para o mencionado autor seria um despropósito para a evolução prover ao animal um cérebro parecido com o humano, mas sem nada dentro. Para o filósofo iluminista francês, François Marie Arouet (1694-1778), mais conhecido como Voltaire, esse fato já era considerada uma aberração. Voltaire⁷¹, como também era conhecido, em sua obra *Dicionário Filosófico*, contesta seu contemporâneo, René Descartes:

Que ingenuidade, que pobreza de espírito, dizer que os irracionais são máquinas privadas de conhecimento e sentimento, que procedem sempre da mesma maneira, que nada aprendem, nada aperfeiçoam! Então aquela ave que faz seu ninho em semicírculo quando o encaixa numa parede, em quarto de círculo quando o engasta num ângulo e em círculo quando o pendura numa árvore, procede aquela ave sempre da mesma maneira? Esse cão de caça que disciplinaste não sabe mais agora do que antes de tuas lições? O canário a que ensinas uma ária, repete-a ele no mesmo instante? Não levas um tempo considerável em ensiná-lo? Não vês como ele erra e se corrige? Será porque falo que julgas que tenho sentimento, memória, idéias? Pois bem, calo-me. Vês-me entrar em casa aflito, procurar um papel com inquietude, abrir a escrivaninha, onde me lembra tê-lo guardado, encontrá-lo, lê-lo com alegria. Percebes que experimentei os sentimentos de aflição e prazer, que tenho memória e conhecimento. Vê com os mesmos olhos esse cão que perdeu o amo e procura-o por toda parte com ganidos dolorosos, entra em casa agitado, inquieto, desce e sobe e vai de aposento em aposento e enfim encontra no gabinete o ente amado, a quem manifesta sua

⁷⁰ FOUTS, Roger. *O parente mais próximo: o que os chimpanzés me ensinaram sobre quem somos*. Op. cit.

⁷¹ VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. (Coleção Universidade). Rio de Janeiro: Edições de Ouro. s. d., p. 189-190.

alegria pela ternura dos ladridos, com saltos e carícias. Bárbaros agarram esse cão, que tão prodigiosamente vence o homem em amizade, pregam-no em cima de uma mesa e dissecam-no vivo para mostrar-te suas veias mesaraicas. Descobres nele todos os mesmos órgãos de sentimento de que te gabas. Responde-me, maquinista, teria a natureza entrosado nesse animal todos os elatérios do sentimento sem objetivo algum? Terá nervos para ser insensível? Não inquires à natureza de tão impertinente contradição.

A segunda forma de diminuir o abismo entre o animal humano e demais animais emergiu da filosofia, com a extensão da consideração ética em relação aos outros seres vivos. Entre os principais teóricos⁷² de tais idéias estão nomes como Peter Singer e Tom Regan. De acordo com o filósofo norte-americano Tom Regan, tanto os animais humanos quanto os não-humanos são “sujeitos-de-uma-vida”⁷³. Para o autor, o conceito é bastante oportuno para a discussão, pois explica claramente porque os animais não-humanos devem ser considerados em nossa esfera de consideração moral:

Como sujeitos-de-uma-vida, somos todos iguais porque estamos todos no mundo. Como sujeitos-de-uma-vida, somos todos iguais porque somos todos conscientes do mundo. Como sujeitos-de-uma-vida, somos todos iguais porque o que acontece conosco é importante para nós. Como sujeitos-de-uma-vida, somos todos iguais porque o que acontece conosco (com nossos corpos, nossa liberdade ou nossas vidas) é importante para nós, quer os outros se preocupem com isso, quer não. Como sujeitos-de-uma-vida, não há superior nem inferior, não há melhores nem piores. Como sujeitos-de-uma-vida, somos todos moralmente idênticos. Como sujeitos-de-uma-vida, somos todos moralmente iguais.

⁷² Embora a lista de nomes e as diversas linhas de pensamento seja extensa e praticamente impossível de trazer à discussão. Alguns nomes que se destacaram e apresentaram uma lógica diferente do pensamento dominante (animais como seres inferiores e passíveis de qualquer tratamento): Jeremy Bentham, Donald Griffin, Charles Patterson, Marc Bekoff, Mary Midgley, Gary Francione, Elizabeth de Fontenay, Jeffrey Moussaieff Masson, dentre inúmeros outros.

⁷³ REGAN, Tom. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais*. Op. cit., p. 62.

Fazer julgamento de valores em função do tamanho e complexidade do cérebro não mais contém sentido. A submissão de seres sencientes que possuem interesses⁷⁴, uma vez que possuem capacidade de sofrer e sentir, e são sujeitos-de-uma-vida, é simplesmente uma falha humana, resultado da “cegueira moral”⁷⁵, que não mais se sustenta. Rousseau acreditava no papel da comiseração para evitar sofrimento alheio e já considerava um erro, a menos que fosse em nome da defesa da própria vida, a supressão da vida e da liberdade, seja de seres humanos, seja de animais⁷⁶:

Mas o mesmo não ocorre com os dons essenciais da natureza (também dado aos outros animais), tais como a vida e a liberdade, de que a cada um é permitido desfrutar, e dos quais é no mínimo duvidoso que se tenha o direito de se despojar.

Morris⁷⁷ acredita que a espécie humana oculta em si o medo de assumir seu próprio papel na natureza. Natureza que sempre considerou estranha. Natureza que sempre lhe foi intrínseca. Sobre isso, Passmore⁷⁸ acrescenta que o ser humano

(...) tem que aprender a viver com a ‘estranheza’ da natureza, com o fato de que os processos naturais são completamente indiferentes a nossa existência e bem-estar (...) e são complexos de tal forma que exclui a possibilidade de conseguirmos dominá-los ou transformá-los completamente.

A proposta, aqui, deve ser a de uma nova ética. Uma nova metafísica naturalista, não-reducionista, não-antropocêntrica, que considere mudança e complexidade, onde seja possível mudar o próprio comportamento humano e torná-lo menos destrutivo. No qual o ser humano se responsabilize para com a natureza. Karl Marx censurava

⁷⁴ Diferente do que acredita Passmore (1995): os animais não possuem interesses, mas apenas necessidades.

⁷⁵ PASSMORE, John. “Atitudes Frente à Natureza”. Op. cit.

⁷⁶ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Op. cit., p. 107.

⁷⁷ MORRIS, Desmond. *O contrato animal*. Op. cit.

⁷⁸ PASSMORE, John. “Atitudes Frente à Natureza”. Op. cit.

o determinismo biológico: para o filósofo alemão, dados rígidos e imutáveis não existiam, nem na natureza biológico-material nem na espiritual do ser humano⁷⁹. Para a sociedade humana o desafio continua presente e a mudança está em curso.

Considerações Finais

O presente trabalho não teve a pretensão de aludir à vasta literatura em busca de explicações para o atual estado do relacionamento entre animais humanos e não-humanos. E nem mesmo poderia. Tampouco se acredita que as relações ao longo da história tenham se dado de forma simplista como aqui foi exposto. Porém, para um tema vasto como este, a simplificação parece ser um caminho inevitável. A intenção é antes introduzir o debate sobre as concepções que levaram a espécie humana a rejeitar sua origem e a conceber um sistema classificatório com base em características atribuídas exclusivamente à sua própria espécie. A incansável perseguição dessas características que, muitas vezes, mostram-se evidentes em outros seres vivos a despeito do ser humano, serve a apenas um propósito: à hierarquização, de modo a identificar espécies “superiores” e “inferiores” e a manutenção do *status quo*, reiterando nossa distinta condição no mundo atualmente.

As perguntas que permanecem, no entanto, foram as mesmas que guiaram este trabalho: afinal, por que assumir-se como mais uma espécie parece tarefa tão difícil? Por que a apropriação do termo “animal humano”, continua sendo vista como ofensiva e constrangedora? Por que apontamentos sobre o tema persistem sendo alvos de ceticismo e inclinação romântica, sobretudo, pela comunidade científica? Não foi a própria Ciência, especialmente a partir das controvérsias suscitadas pela publicação da obra seminal de Charles Darwin, que foi de encontro à cultura que acredita no ser humano como um anjo caído, um ser especial? A resposta parece ser mais evidente do que se pensava: os seres humanos criaram uma hierarquia que beneficia sua espécie em detrimento das

⁷⁹ SCHMIDT, Alfred. *El concepto de la naturaleza en Marx*. Op. cit.

outras. Mesmo com todas as evidências apontando para graus diferentes, porém existentes, de consciência e senciência nos outros animais, a espécie humana não pretende abrir mão de seu lugar na natureza, construído culturalmente, para conceder direitos e reconhecer interesses nos outros animais. Seria necessária uma revolução profunda na maneira como a humanidade enxerga o mundo, suas relações com este e entre outros seres vivos, e até mesmo, sua própria natureza animal e lugar no mundo.

Por fim, entende-se que a relação entre animais humanos e não-humanos é um processo contínuo, em construção e, portanto, vai se desdobrando em outras questões e debates ainda não vislumbrados, na medida em que novas informações e sensibilidades vão tomando espaço dentro da sociedade como um todo. Afinal, é a partir dessas considerações que o ser humano vem construindo teorias e definindo práticas sobre o mundo e tudo o que está contido nele. A perda da biodiversidade; as elevadas taxas de extinção de espécies, ocasionando a perda de funções ecológicas e de ecossistemas essenciais à vida na Terra; a utilização sem critério e matança indiscriminada de animais sencientes; a incapacidade de reflexão ética e a insustentabilidade ambiental são algumas das consequências do conjunto de idéias que concebem os animais não-humanos como seres inferiores, quando não, objetos e/ou recursos naturais.

Recebido em: 24/05/2011

Aceito em: 16/02/2012